

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

MARCOS BOÇÕEN

FORMAÇÃO POLÍTICA NA REDE PÚBLICA DE ENSINO DE ARAUCÁRIA COMO
MEIO DE ESTIMULAR A FISCALIZAÇÃO E O ACOMPANHAMENTO SOCIAL.

CURITIBA
2013

MARCOS BOÇÕEN

FORMAÇÃO POLÍTICA NA REDE PÚBLICA DE ENSINO DE ARAUCÁRIA COMO
MEIO DE ESTIMULAR A FISCALIZAÇÃO E O ACOMPANHAMENTO SOCIAL

Projeto Técnico apresentado ao Departamento de Administração Geral e Aplicada do Setor de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Gestão Pública.

Orientador: Prof. Dr. Edelvino Razzolini Filho

CURITIBA
2013

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pela força e coragem em todo o processo de aprendizagem neste curso e em todos os momentos da vida.

Agradeço também a meus colegas pela troca de ricas experiências sobre Gestão e até mesmo sobre a falta de Gestão Pública em todas as esferas de governo da atualidade.

*“Se a educação sozinha não pode
transformar a sociedade, tampouco sem
ela a sociedade muda.”*

Paulo Freire

RESUMO

A Gestão Pública seja ela Municipal, Estadual, ou Federal, sempre gera dúvidas, críticas e polêmicas. Sabendo-se que a Gestão Pública é decorrente da Gestão Orçamentária sendo imprescindível o conhecimento, o envolvimento e a Educação Política para que a população possa fazer o acompanhamento da execução orçamentária, pois é dela que são realizadas as obras públicas e a manutenção de serviços públicos essenciais ao atendimento da população. As Leis Orçamentárias fazem parte do sistema orçamentário nos termos da Constituição Federal de 1988. Tais leis são fundamentais para o efetivo planejamento público, tão fundamental para a boa execução orçamentária de um Município, Estado ou País. Esse projeto técnico visa à análise das ações previstas nas Leis Orçamentárias Municipais de Araucária, especialmente o PPA – Plano Plurianual e a LOA – Lei Orçamentária Anual desde 2009, sob a perspectiva do Programa UCAA-Um Computador por Aluno em Araucária e apresentar um programa de Educação Política a ser implantado nas Escolas Públicas com a finalidade de esclarecer o estudante sobre a organização e execução orçamentária a fim de torná-lo um cidadão crítico, consciente e fiscalizador da Gestão Pública.

Palavras Chave: Orçamento Público. Gestão Orçamentária. Controle Social.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	6
1.1 APRESENTAÇÃO/PROBLEMÁTICA.....	6
1.2 OBJETIVO GERAL	7
1.3 JUSTIFICATIVA	8
2. REVISÃO TEÓRICO-EMPÍRICA	10
3. METODOLOGIA	12
4. A ORGANIZAÇÃO.....	13
4.1 DESCRIÇÃO GERAL:.....	13
4.2 - DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO-PROBLEMA.....	15
5. PROPOSTA.....	18
5.1 DESENVOLVIMENTO DA PROPOSTA	21
5.2 PLANO DE IMPLANTAÇÃO.....	21
5.3 – RECURSOS	22
5.4 - RESULTADOS ESPERADOS	22
5.5 - RISCOS OU PROBLEMAS ESPERADOS E MEDIDAS PREVENTIVO-CORRETIVAS	23
6. CONCLUSÃO	24
7. REFERÊNCIAS.....	25

1. INTRODUÇÃO

1.1 Apresentação/Problemática

Para demonstrar a continuidade das políticas públicas no município de Araucária, se faz necessário entender questões fundamentais sobre Orçamento Público, Leis Orçamentárias e Planejamento Estratégico Governamental.

O Orçamento Público é a sistemática por meio da qual se estimam as receitas e se fixam os gastos e as despesas a serem financiadas com tais receitas. Portanto, podemos dizer que Orçamento Público é a base para que os governos tenham recursos para suportar as despesas advindas da manutenção e criação de novos projetos ou atividades tendo em vista o bem estar social geral da população.

O sistema Orçamentário Brasileiro é composto por três normas básicas, que são as Leis Orçamentárias: a Lei do Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentária (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA). Segundo Rosa, *essa estrutura legal tem por objetivo amparar a tarefa do planejamento, com vista a melhor alocação dos recursos públicos, promovendo a integração entre o planejamento e o orçamento anual.*

A Lei de Responsabilidade Fiscal, ou Lei 101/2000 é uma lei que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Ou seja, a lei é um elo entre dois pontos importantes de qualquer gestão pública: o planejamento e a transparência. Para que se concretize e se coloque em prática essa Lei é fundamental conhecimento sobre o funcionamento da gestão pública: Como se faz o planejamento das ações governamentais, o que são leis orçamentárias e como a população pode acompanhar a execução do orçamento público?

O Plano Plurianual é uma Lei Orçamentária que define as ações de governo para um período de quatro anos e evidencia quais serão os programas de trabalho a serem implantados pelos gestores públicos durante esse período. Essa Lei define as estratégias, diretrizes e metas de governo em médio prazo. Trata-se de um instrumento de planejamento intermediário entre o planejamento de longo prazo e a programação orçamentária de curto prazo, ou seja, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual.

Interessante salientar que o PPA entra em vigor no segundo ano de mandato do gestor público, ou seja, o primeiro ano de vigência do PPA coincide com o segundo ano do mandato do chefe do poder executivo, criando assim a perspectiva de continuidade das ações públicas. O que por vezes nem sempre acaba acontecendo.

A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) instituída pela Constituição de 1988, também, representa um avanço constitucional, por ser um instrumento de formalização de políticas públicas e possuir características de definir e organizar o orçamento, especificar metas e prioridades da administração pública, estar sujeita a prazos e processos de tramitação, estar vinculada a um exercício financeiro e ser Lei Ordinária.

Também a Lei Orçamentária Anual (LOA), conhecida como Lei do Orçamento tem a finalidade de estimar as receitas que o governo espera dispor no ano seguinte e fixar as despesas que serão realizadas com tais recursos.

O Planejamento Estratégico Governamental corresponde a um conjunto de providências a serem tomadas pelo gestor público para estabelecer a melhor direção a ser seguida com o propósito de desenvolver processos para cumprir metas determinadas para a gestão.

1.2 Objetivo Geral

Apresentar uma proposta de Educação Política a fim de conscientizar as pessoas para o importante papel do acompanhamento das ações governamentais e do planejamento, para que as políticas públicas possam ter continuidade.

Objetivos específicos

Oferecer um projeto de Educação Política aplicável no município de Araucária ou em qualquer outro município, para esclarecer o funcionamento da Gestão e Organização Pública;

Instruir as pessoas sobre o verdadeiro papel do gestor público;

Tornar a população orientada e consciente do seu dever de acompanhar e fiscalizar a gestão pública do município.

1.3 Justificativa

Sabe-se que os jovens estão cada vez menos interessados pela política. No ano de 2013 aconteceu a Jornada Mundial da Juventude, no Rio de Janeiro, promovida pela igreja católica, o pontífice Francisco percebeu e citou em seus discursos esse desinteresse da juventude pela política, consoante a isso alguns jovens também manifestaram sua descrença nos políticos e em suas ações. Como se viu em protestos e movimentos que ocorreram em várias capitais brasileiras nos meses de junho e julho de 2013. O objetivo desse trabalho é fazer com que se perceba que existem leis e um rigoroso planejamento para dar as diretrizes de um governo. O que pode estar acontecendo é que essas diretrizes são mal interpretadas ou ignoradas.

A organização política das sociedades sempre foi tema de discussão, debate e questionamento por parte dos envolvidos diretamente com a gestão e administração pública. Entretanto, as pessoas da sociedade civil nem sempre possuem o hábito de questionar as ações e ordenamentos de nossos governantes, muito menos acompanhar a execução do orçamento público.

Visto isto, torna-se necessário que a população tenha o mínimo de conhecimento verdadeiro sobre como se organiza o orçamento do município em que reside, como o planejamento das ações governamentais é realizado e de onde provêm os recursos que suportarão tais despesas. Quando digo o mínimo de conhecimento é devido às alterações, suplementações e acréscimo ou redução de valores em rubricas do orçamento público, que vão acontecendo durante o ano e que só quem acompanha diariamente as publicações oficiais consegue saber. Na medida em que o povo deixa de ser mero espectador da gestão pública e passa a ser participante da gestão do orçamento a postura dos governantes pode ser outra. Oportunidades para isso são dadas. A sociedade civil está começando a perceber que organizada o alcance dos objetivos se torna maior. O plano diretor que alguns municípios adotam serve para que os governantes juntamente com a população (agrupadas em áreas vizinhas) possam definir prioridades de investimento e melhorias dos serviços públicos. Assim, conhecer o funcionamento da administração e do orçamento público é fundamental para que se possa realizar um trabalho de fiscalização dos recursos orçamentários do município.

É fundamental saber se as ações planejadas pelos nossos governantes estão sendo realizadas e para isso quanto de recurso está sendo gasto. Saber se existe coerência no valor de uma obra ou se o valor utilizado para manter as atividades essenciais está sendo suficiente. Por outro lado se os recursos utilizados em obras e outros tipos de serviços públicos são oriundos de fontes próprias ou de repasses do governo estadual ou federal, pois alguns gestores fazem seu nome político sobre recursos vindos de fora do município, ferindo o princípio da impessoalidade na administração pública.

Assim, o meio de sair do comodismo da confortável posição e ser um cidadão atuante, consciente e fiscalizador das ações dos gestores é a educação. É ela que liberta as pessoas para lançarem um olhar mais profundo sobre o que passa na sociedade em geral. É a educação que cria cidadãos críticos o suficiente para se sentirem membros de uma sociedade e personagens de uma história, a história da vida de um município, estado e país. O grande educador brasileiro, Paulo Freire, traz esse ensinamento, como educar plenamente em uma sociedade de transição e como é importante a compreensão para que esta se torne em ação:

O que teríamos de fazer numa sociedade de transição como a nossa, inserida no processo de democratização fundamental, com o povo em grande parte emergindo, era tentar uma educação que fosse capaz de colaborar com ele na indispensável organização reflexiva de seu pensamento. Educação que lhe pusesse à disposição meios com os quais fosse capaz de superar a captação mágica ou ingênua de sua realidade, por uma dominante crítica. Isto significa então colaborar com ele, o povo, para que assumisse posições cada vez mais identificadas com o clima dinâmico da fase de transição. Posições integradas com as exigências da democratização fundamental, por isso mesmo, combatendo a inexperiência democrática. (FREIRE, 2007, p. 114)

Vemos, portanto, que a educação e o diálogo precisam estar lado a lado, ministrando um modelo de educação corajosa, que enfrentasse a discussão com o homem comum, de seu direito a participação e que o leve a uma nova postura diante dos problemas de seu tempo e de seu espaço.

2. REVISÃO TEÓRICO-EMPÍRICA

O PPA - Plano Plurianual é um planejamento no médio prazo. A palavra planejamento em si já traz uma carga de responsabilidade em fazer o plano, ou usando sinônimos para a palavra, fazer a planta, projetar, traçar, elaborar um plano de ação. Esse plano não pode cessar de uma administração para a outra, ou seja, quando muda o chefe do poder executivo. Muito se via em reportagens de TV, grandes obras paradas ou abandonadas devido à troca de gestão. Por exemplo: em determinado município o atual prefeito perdeu a campanha para reeleição, ou o candidato que ele apoiava perdeu e as obras iniciadas por esse gestor ficavam abandonadas, mesmo tendo sido investido grandes valores de recursos públicos para a sua realização. O PPA tem a função de fazer com que isso não mais aconteça, pois a Constituição Federal estabelece que o projeto do PPA deve ser encaminhado ao Poder Legislativo até o dia 31 de agosto do primeiro ano de mandato do governante, para vigorar do segundo ano até o fim do primeiro ano de mandato seguinte.

De acordo com a definição do sítio do Senado Federal, *o plano plurianual (PPA) estabelece os projetos e os programas de longa duração do governo, definindo objetivos e metas da ação pública para um período de quatro anos.*

Sendo assim, se a população em geral tivesse esse conhecimento deixaria de acreditar em promessas fantasiosas de candidatos a algum cargo público. A população saberia classificar melhor os seus candidatos e não se deixaria enganar com anúncios de realizações urgentes. Pois, o primeiro ano de gestão do gestor público é cumprido o último ano do PPA.

Sobre a questão de falsas promessas, fica claro que muitas delas são geradas pela falta de conhecimento. Assim, torna-se óbvio que a educação pode mudar essa situação. Em relação à Educação e assistencialismo o educador Paulo Freire argumenta que:

No assistencialismo não há responsabilidade. Não há decisão. Só há gestos e atitudes que revelam passividade e “domesticação” do homem. Gestos e atitudes. É essa falta de oportunidade para a decisão e para a responsabilidade participante do homem, característica do assistencialismo,

que leva suas soluções a contradizer a vocação da pessoa em ser sujeito, e a democratização fundamental, instalada na transição brasileira (...)
(FREIRE, 2007, p.66).

O PPA deve discriminar as despesas de capital, que são aquelas relativas a obras e instalações, equipamentos e material permanente e as despesas decorrentes das despesas de capital, que são os gastos relacionados à manutenção dessas obras, instalações e equipamentos. Também deve contar as despesas com a manutenção de bens e serviços já existentes. O que é importante observar no decorrer deste projeto.

A elaboração do PPA envolve vários atores públicos e duas etapas principais: formulação da proposta inicial pelo Poder Executivo, apreciação e votação pelo Poder Legislativo. Os atores devem ser capazes de definir os atributos essenciais de um programa, que é o conjunto de ações que visam à concretização de um objetivo nele estabelecido, que são:

- a definição do problema;
- os objetivos do programa;
- o público alvo do programa;
- a estratégia de implantação do programa; e,
- os indicadores de desempenho para acompanhar e aferir a eficiência, eficácia e efetividade das ações.

Os programas do PPA são detalhados e executados, ano a ano, por meio da LOA – Lei Orçamentária Anual. Apenas programas presentes no PPA podem ser incluídos na LOA. Assim, é pelo acompanhamento da elaboração e execução da LOA que podemos verificar se o PPA esta sendo cumprido de forma satisfatória. Portanto, as Leis Orçamentárias mantém uma relação de interdependência e de complementação.

3. METODOLOGIA

A pesquisa foi realizada em publicações oficiais dos atos públicos do Município de Araucária na gestão 2009 – 2012 e no corrente ano. Com base em documentos oficiais foram analisadas as Leis Orçamentárias de 2008 a 2013. Como o objeto de estudo é o projeto UCAA – Um Computador por Aluno em Araucária, programa este desenvolvido pela Secretaria Municipal de Educação, a pesquisa ateve-se em analisar o orçamento e despesas dessa Secretaria e da Secretaria Municipal de Planejamento.

A análise das Leis Orçamentárias consiste em verificar o ano da publicação, o objeto da referida lei, os valores destinados para o Projeto UCAA – Um Computador por Aluno em Araucária e a descrição da ação. A análise consiste também em verificar se houve um eficiente planejamento de todo o projeto a ser desenvolvido no município, levando em consideração todas as fases de implementação.

Comparando as ações definidas na LOA dos anos de 2009 a 2013 espera-se chegar a um parecer descritivo de como a continuidade dessa política pública esta se desenvolvendo. Também se espera observar algumas ações prevista na LOA e que não foram implementadas efetivamente.

4. A ORGANIZAÇÃO

A unidade de análise do presente projeto será o PPA 2009 – 2013, o PPA 2014 – 2017 e a LOA desde 2009 até 2014 do município de Araucária, focalizando programas e ações da Secretaria Municipal de Educação de Araucária.

4.1 Descrição geral:

Segundo dados históricos do sítio eletrônico do município, Araucária nasceu às margens do Rio Iguaçu, é cortada pela BR-476 - Rodovia do Xisto, via de interligação da Região Sudoeste do País. Primeiramente, essa região era chamada de Tindiquera e a capela erguida era em homenagem a Nossa Senhora da Luz de Tindiquera. Está a 27 km do centro de Curitiba. Nasceu de uma concentração de imigrantes eslavos, voltados inicialmente para a agricultura, beneficiando-se pelas condições propícias de clima e solo, com o cultivo de culturas como o trigo, milho, batata, hortaliças, fruticultura e avicultura. A região de Tindiquera, mesmo não possuindo ouro, atraiu alguns interessados pela pequena região de campos incrustada e cercada por matas onde predominava a Araucária e a Imbuia. O trabalho consistia em cultivar a terra e criar gado em pequena escala, produzindo apenas o suficiente para o sustento das famílias. O isolamento em que os pioneiros habitantes viviam e a ausência do mercado consumidor impossibilitava qualquer tipo de comércio.

Surgiu então na região de Tindiquera, um pequeno porto para canoas, conhecido como Passo das Laranjeiras. A partir daí se ergueu o aglomerado de pessoas que formariam a Vila de Araucária. Tindiquera era também passagem obrigatória entre Curitiba e Lapa. No final do século XVIII, a região produzia feijão, milho, fumo, toucinho, erva-mate e trigo. Quanto à erva-mate, inicialmente, atendia apenas o consumo local. Mais tarde o produto passou a ser exportado. Araucária era ponto de parada obrigatória para quem transportava erva-mate da Lapa para Curitiba.

Em 1866 a Freguesia do Iguassú, como a região passou a ser conhecida, contava com 2.565 habitantes, dos quais, 125 eram escravos que trabalhavam na

agricultura e nos engenhos de soque. Os moradores de Araucária se dedicaram à exploração da erva-mate até a década de 1940 quando houve o declínio das exportações para a Argentina, que se tornou autossuficiente. Este trabalho era uma atividade exclusivamente masculina. A presença dos imigrantes estrangeiros, a grande maioria poloneses, a partir de 1876, modificou a paisagem da região, com grande desenvolvimento da agricultura. A exploração comercial da madeira iniciou-se na Freguezia do Iguassú a partir do século XIX, até a década de 1930, quando entra em crise pela devastação das reservas.

O crescimento econômico da região proporcionou a abertura de mercado para outras atividades geradoras de emprego para a população como olarias, cerâmicas, moinhos, fábricas de palhões, de massa de tomate, de caixas de madeira, de linho, de fósforo, de balas, de bolachas e torrefação de café. Hoje, o local onde era a fábrica de massa de tomate e de palhões, abriga o Museu Tindiquera.

Em 1972, com a instalação da Refinaria Presidente Getúlio Vargas e em 1973 com a criação do CIAR (Centro Industrial de Araucária), ocorreu um crescimento bastante acentuado e uma inversão no quadro populacional, econômico e social do Município, em que a população urbana passou a superar a rural com a vinda de um contingente populacional de vários pontos do país e a economia que se baseava na agricultura e pecuária passou a ser predominantemente industrial/urbana. A cidade que era tida como calma, pequena, e provinciana, começou a sentir as consequências do aumento populacional e da industrialização.

Com a implantação da Refinaria Presidente Getúlio Vargas - REPAR, na década de 70, a cidade começou a sofrer influências do desenvolvimento industrial, servindo de sede a novas indústrias, com geração de empregos e o deslocamento de trabalhadores da área rural para a urbana. Adapta-se ao processo de industrialização, mantendo suas características agrícolas, o que a torna um importante pólo agro-industrial.

Araucária conta, segundo dados do censo do IBGE de 2010, com 119.123 habitantes, 42 escolas municipais, 32 Centros Municipais de Educação Infantil, 20 estabelecimentos públicos de saúde, sendo Pronto Socorro Infantil, Hospital Municipal, Unidade de Pronto Atendimento (UPA) e Centro de Especialidades Médicas e Odontológicas (CEMO).

No ano de 2013 o município de Araucária conta com dezessete secretarias, cada uma delas com suas competências e metas definidas. Acessando o sítio da

Prefeitura Municipal de Araucária se pode identificar o secretário, um mini-currículo, as atribuições da pasta, o contato e endereço. A Secretaria Municipal de Planejamento tem como atribuições:

- a coordenação e o gerenciamento de projetos, planos e/ou programas globais ou setoriais de ação da Administração Municipal,
 - a coordenação e a elaboração da proposta do Plano Plurianual de Investimentos e de Diretrizes Orçamentárias, e do Orçamento Anual, bem como do controle das respectivas execuções anuais dessas Leis e suas eventuais alterações,
 - a identificação de fontes, alternativas de financiamentos objetivando viabilizar a implantação de projetos da Administração Municipal.
- (Fonte: www.araucaria.pr.gov.br)

Entre outras, essas são algumas das atribuições que interessam aos interesses da análise em questão.

4.2 - Diagnóstico da situação-problema

O parecer conclusivo a que se chegou com a investigação sobre a continuidade das Políticas Públicas no Município de Araucária é que nem sempre as ações são levadas em consideração de uma gestão para a outra. O projeto UCAA é um exemplo disso.

O projeto UCAA teve vários objetivos, dentre eles: despertar o interesse dos alunos, reduzir o número de evasão escolar, utilizar as mídias e tecnologias de informação ao processo de ensino-aprendizagem, incluir digitalmente os alunos da Rede Municipal. Uma coisa atribui benefícios à outra, pois incluindo digitalmente os alunos o número de evasão reduziu e os alunos passaram a frequentar mais as aulas, demonstrando mais interesse pelos conteúdos ministrados pelos professores, constituindo-se numa nova forma de dimensionar a tecnologia nas escolas públicas, por meio do uso individual de laptops educacionais. Por este motivo os computadores foram especificados com alguns itens que permitem a instalação de softwares educativos, acesso a internet e programas para visualização de vídeos.

O projeto foi implantado em poucas cidades do Brasil e Araucária se tornou exemplo para outras, que mandam representantes para analisar, conhecer e levar a experiência positiva do município para outros lugares. Representantes da Secretaria do Estado da Educação do Paraná, dos municípios de Campo Largo, Fazenda Rio Grande e Tupãssi, foram alguns dos interessados em conhecer a implantação,

funcionamento e resultados do Projeto UCAA no município de Araucária. Da mesma forma que os profissionais de Araucária visitaram outras cidades brasileiras que implantaram o mesmo programa, tais como Piraí no Rio de Janeiro e participaram de congressos e seminários. Na cidade de Piraí – RJ de acordo com o site governamental do município a informação sobre o programa é o seguinte:

O **Projeto UCA**, Um Computador por Aluno, é uma iniciativa do Governo Federal que, desde 2005, investiga a possibilidade de adoção de laptops educacionais como um meio de elevar a qualidade da educação pública brasileira. O projeto sustenta-se na proposta pedagógica denominada modalidade 1:1, que busca contemplar cada estudante da rede de ensino básico com um laptop.
(Fonte: www.pirai.rj.gov.br)

Segundo informação do sitio eletrônico da Prefeitura Municipal de Araucária, este foi o primeiro município paranaense a investir recursos próprios para a implantação do programa, contemplando maior número de alunos de uma única vez. Dessa forma, procura explorar a mobilidade, a conectividade e o uso pedagógico das diferentes mídias do equipamento, possibilitando a imersão digital de alunos e professores.

No Município de Araucária a aquisição dos computadores se deu por meio de licitação na modalidade pregão presencial. A fonte de recursos utilizada para o pagamento da despesa é de recursos próprios do município. Mesmo buscando conhecer experiências positivas a respeito do novo programa, algumas situações tiveram que ser contornadas durante a implantação do programa.

O programa não consiste em apenas adquirir os computadores educacionais. Foi preciso pensar em muitas coisas agregadas ao objetivo final do programa, tais como: treinamento para os professores, armazenamento dos computadores com segurança, aquisição de computadores educacionais para os professores, contratação de pessoal para auxiliar no uso e manutenção dos equipamentos, revisão da rede elétrica para suportar a quantidade de computadores conectados. Todas essas situações foram percebidas após o início da implantação do programa, que se deu em três etapas, até atingir todos os alunos da Rede Municipal. Assim percebe-se que não houve um eficiente planejamento de todas as ações que seriam necessárias para a efetivação dessa política pública.

Outra situação que não foi planejada se dá na questão da manutenção dos computadores educacionais, pois decorrido quase um ano após o final da implantação do programa, a Secretaria Municipal de Educação está diante de um desafio. Como fazer a manutenção dos computadores ou de seus componentes, visto que o prazo de garantia dado pela empresa vencedora do pregão já expirou? As baterias dos equipamentos que precisaram de substituição ocorreram por conta da empresa enquanto ainda estavam na garantia. No ano de 2013, portanto, visto a troca de gestão, pouca importância foi dada ao programa UCAA. Na prática percebe-se que os computadores educacionais estão precisando de manutenção e esta não foi feita no decorrer de todo o ano, visto não ter sido planejada essa necessidade.

Isso evidencia que a população não tem o conhecimento do que é gestão e orçamento público, o tamanho do orçamento público e do processo de execução. Para tanto se faz necessário instruir as pessoas a começar pelos jovens para que tomem consciência da importância do acompanhamento da gestão orçamentária e do que as Leis permitem ou proíbam o que se realize de obras e serviços em uma unidade governamental.

5. PROPOSTA

A educação vem acompanhando o progresso tecnológico do país. Araucária é uma das poucas cidades do Brasil a implantar o programa UCA – Um Computador por Aluno, que no município variou para UCAA – Um computador por Aluno em Araucária. Além da aquisição dos computadores o município investiu em softwares educativos, treinamento para os professores, adaptações elétricas nas Unidades Educacionais e obras de segurança. Não se trata apenas de aulas de informática, os professores podem ensinar qualquer disciplina utilizando os computadores do programa. O município foi visitado por outros dirigentes da Educação de outros municípios e o programa recebeu premiações em diversos eventos e congressos educacionais.

O município oferece o Ensino Fundamental de nove anos, ficando sob sua responsabilidade as séries iniciais e em muitas escolas também as séries finais. Os números são grandes, a Rede Municipal de Ensino atende mais de 22 mil alunos, entre escolas, CMEIs e EJA (Educação de Jovens e Adultos), para isso, mais de 2000 professores trabalham no município. Araucária é um dos municípios da região metropolitana de Curitiba que melhor paga os profissionais da Educação, além disso, os professores mantêm um sindicato forte que luta pelos direitos da classe, alunos, pela valorização do magistério e qualidade da Educação.

Os direitos dos educandos a uma educação de qualidade e gratuita esta garantida na Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB – n. 9394/1996. A lei defende a obrigatoriedade do Ensino, estabelece condições para que o Ensino possa ser ministrado com qualidade e o dever da família e do Estado em oferecer esses direitos para as crianças, como se observa nos seguintes artigos da citada legislação:

Art. 2º A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 3º O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

- I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
- III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas;
- IV - respeito à liberdade e apreço à tolerância;

V - coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
VI - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
VII - valorização do profissional da educação escolar;
VIII - gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino;
IX - garantia de padrão de qualidade;
X - valorização da experiência extraescolar;
XI - vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais (BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996).

Percebe-se que ainda a Educação requer muita atenção. Apesar de toda legislação vigente, do financiamento da Educação, dos recursos destinados, o IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica ficou muito inferior ao esperado, apenas uma escola da rede municipal conseguiu atingir a média 6,0.

Seguindo para a análise das Leis orçamentárias, de início a lei 1.606/05, lei do PPA de 2006 a 2009 que dispõe sobre o Plano Plurianual para o quadriênio 2006/2009 traz o seguinte texto como uma de suas ações: *Implantar o programa de educação orçamentária e fiscal para alunos da rede básica de ensino*; ação que parece com objetivo do presente projeto, porém nunca foi executada na prática. Novamente a ação citada aparece na lei 2.146/09, algo que na prática poderia dar certo, mas não acontece.

Partindo para a análise das leis orçamentárias do Município de Araucária em relação ao Projeto UCAA, identificou-se que na Lei 2.142/2009 que é a Lei do PPA-Plano Plurianual 2010/2013, o projeto UCAA é citado da seguinte maneira: *Promover a inclusão tecnológica através da implantação do Projeto UCAA – Um Computador por Aluno de Araucária, com aquisição de hardware, software e treinamento*, como ação 201 da Secretaria Municipal de Educação. Para o período de vigência do PPA estimou-se um total de R\$ 13.200.000,00. Aparece também como ação da Controladoria Geral do Município o seguinte texto: *Implantar o programa de educação orçamentária e fiscal para os alunos da rede básica de ensino*, importante salientar que é uma ação do tipo Atividade, e que na prática essa ação nunca foi implantada.

A Lei 2.146/09, Lei Orçamentária Anual de 2010, consta a seguinte ação da Secretaria Municipal de Planejamento: *PL45-Coordenar em conjunto com SMED, o projeto “Um computador por aluno em Araucária” (Projeto UCAA)*; e entre outras ações de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino a ação da Secretaria Municipal de Educação: *ED31-Promover a inclusão tecnológica através da implantação do*

Projeto UCAA – Um Computador por Aluno de Araucária, com aquisição de hardware, software e treinamento; perfazendo um orçamento fiscal de R\$ 567.861.618,84, destes R\$ 117.505.486,23 destinados à Secretaria Municipal de Educação, conforme a citada Lei.

A Lei 2316/10 que estima a Receita e fixa a Despesa do Município para o exercício de 2011, traz valores de R\$ 594.395.556,00 para orçamento fiscal e destes, R\$ 254.283.250,00 destinados Secretaria Municipal de Educação.

Lei 2.418/11, Lei Orçamentária Anual de 2011, consta a seguinte ação da Secretaria Municipal de Planejamento: *Manter, adequar e ampliar ações da tecnologia da informação da Administração Municipal administrativa, operacional e estruturalmente e executar e coordenar o projeto Um Computador por Aluno em Araucária - UCAA, em conjunto com a SMED, e entre outras ações de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, a ação da Secretaria Municipal de Educação: Promover a inclusão tecnológica através da implantação do Projeto UCAA - Um Computador por Aluno de Araucária - com aquisição de Hardware, Software e treinamento,* além disso, a Lei prevê uma operação de crédito/UCAA no valor de R\$ 3.500.000,00 para a fonte 1672 perfazendo um orçamento fiscal de R\$ 650.588.794,61, destes R\$ 153.090.992,00 destinados à Secretaria Municipal de Educação, conforme a citada Lei.

A Lei 2520/12, Lei que “*Estima a Receita e Fixa a Despesa do Município para o Exercício de 2013*”, consta a seguinte ação da Secretaria Municipal de Planejamento: *Manter, adequar e ampliar ações da tecnologia da informação da Administração Municipal administrativa, operacional e estruturalmente e executar e coordenar o projeto Um Computador por Aluno em Araucária - UCAA, em conjunto com a SMED e a ação: Promover a inclusão tecnológica através da implantação do Projeto UCAA - Um Computador por Aluno de Araucária - com aquisição de Hardware, Software e treinamento,* da Secretaria Municipal de Educação. O orçamento anual previsto para o exercício é de R\$ 641.126.930,16 e para a Secretaria Municipal de Educação é de R\$ 145.838.275,00.

Por fim, a Lei 2664/2013 que estima a Receita e fixa a Despesa do Município para o Exercício de 2014 apresenta um orçamento anual total de R\$ 658.653.012,21, sendo R\$ 162.801.567,62 para a Secretaria Municipal de Educação.

Na lei 2.146/09 que *estima a Receita e Fixa a Despesa do Município para o exercício de 2010* aparece a ação com a seguinte redação: *Promover a inclusão tecnológica através da implantação do Projeto UCAA – Um Computador por Aluno de Araucária, com aquisição de hardware, software e treinamento.*

5.1 Desenvolvimento da proposta

A proposta será desenvolvida com base nos dados levantados do número de alunos, com a elaboração de uma ementa de curso, treinamento com profissionais envolvidos, com a participação da Secretaria de Educação e gestores das Escolas Municipais e Estaduais de Araucária.

5.2 Plano de implantação

O projeto poderá ser executado após o treinamento de pessoal (professores ou servidores públicos) para a realização de palestras e cursos sobre Orçamento e Políticas Públicas. Na ementa do curso deverão estar presentes os seguintes pontos: Educação; Receita e Despesa; Gestão Pública; Orçamento Público; Gestão Orçamentária; Dados da gestão local e atual, acompanhamento social e fiscalização. A pessoa treinada e responsável agendará, com antecedência, com cada Unidade Educacional a data e horário para ministrar a palestra. Os estudantes deverão ser avisados do tema para participarem da palestra fazendo perguntas e questionamentos sobre o Orçamento Público de Araucária.

A implantação da proposta do presente projeto técnico consiste na formação e treinamento de professores para que sejam os efetivos multiplicadores da ementa de uma formação política para alunos dos últimos anos do Ensino Fundamental e do Ensino Médio. Para que isso se torne realidade é necessário que existam profissionais qualificados e capacitados na Secretaria de Planejamento do Município que execute o trabalho de levar o conhecimento sobre Orçamento e Políticas Públicas para os docentes do município. Esses docentes treinados pelo curso de Orçamento e Políticas Públicas, com carga horária de pelo menos 8 horas, fariam o trabalho de repassar para os outros professores as informações recebidas,

elaborando um material de apoio, ou mesmo um simples resumo, para que os professores possam fazer o repasse de forma eficiente para os alunos de sua turma.

O assunto seria tratado como tema transversal, assim como o tema da sexualidade, ética, civismo e outros. Também os professores poderão avaliar os alunos em relação à compreensão do conteúdo e rever pontos que ficaram menos claros na visão dos alunos. O monitoramento dessa proposta será feita pela equipe pedagógica que se encarregará de definir os professores que farão o treinamento com a Secretaria de Planejamento e os profissionais por ela contratados ou capacitados.

5.3 – Recursos

No Município de Araucária existe um local próprio para realização de cursos, palestras, seminários, reuniões e treinamento chamado *Escola de Gestão*. Nome bem apropriado para a intenção dessa proposta, escolarizar a população atingindo os estudantes sobre Gestão Pública e Orçamento Público. Então o local já existe para colocar em funcionamento a primeira etapa desse projeto, sendo que a segunda etapa será realizada nas próprias Unidades Educacionais do Município.

Para a implantação desse projeto seriam necessários recursos humanos, pessoal para ministrar a formação dos professores multiplicadores, que podem ser servidores do quadro próprio do município dotados de capacidade didática e conhecimento aprofundado em Gestão e Orçamento Público. Também seriam necessários recursos materiais como aparelho multimídia, projetor e recursos simples como fotocópias para dispor material necessário aos alunos e participantes.

5.4 - Resultados esperados

Com a implantação desse projeto técnico espera-se atingir cerca de 10.000 estudantes do último ano do Ensino Fundamental e do último ano do Ensino Médio do município de Araucária. Esse número de alunos foi estimado de acordo com dados estatísticos da Secretaria Municipal de Educação de Araucária e do sítio Dia a dia Educação do Governo Estadual, número referente ao mês de outubro de 2013.

Esses estudantes serão orientados sobre o legal e correto modo de gerir um município. Também o projeto tem por objetivo instigar o envolvimento com as ações públicas, fazendo com que os estudantes saibam acompanhar e fiscalizar as ações públicas na sua escola, no seu bairro e na sua cidade.

Existem formas de acompanhamento das políticas públicas e das ações dos gestores, que são: jornais locais, sítios da internet com informações sobre a cidade, diário oficial eletrônico e portal da transparência. Também existem blogs sobre assuntos da cidade que trazem a oportunidade para o cidadão emitir alguma opinião a respeito de determinados assuntos sobre o andamento administrativo público. Porém, é preciso tomar cuidado com esse tipo de blog, pois muitas vezes o autor é ligado a um ou outro grupo político e isso pode distorcer as informações a favor deste ou daquele gestor público.

5.5 - Riscos ou problemas esperados e medidas preventivo-corretivas

Sempre em que se pretende realizar a implantação de algum projeto é necessário se pensar em um *plano B*, caso não se consiga de fato dar encaminhamentos ao projeto inicial ou por ventura surgirem obstáculos para a sua real e efetiva implantação e funcionamento.

No caso desta proposta, está claro que se for com vontade de realização a possibilidade de sucesso é grande, pois não se necessita de grandes recursos orçamentários, financeiros ou profissionais. Necessita sim de muita boa vontade em ensinar, em transmitir o conhecimento e libertar os estudantes do chamado *analfabetismo político*.

Porém, uma das possibilidades do projeto não se tornar efetivo pode ser devido ao número de professores interessados em serem os multiplicadores da informação. Nesse caso se montaria uma equipe capacitada e competente da Secretaria Municipal de Planejamento juntamente com membros da Secretaria Municipal de Educação para irem às escolas ministrarem palestras formativas sobre o tema em questão: Gestão e Orçamento Público. Atingindo o público estudantil das últimas séries do Ensino Fundamental e Médio de todas as Unidades Educacionais do Município. Tomando o cuidado de repetir o projeto ano a ano de forma a contemplar todos os estudantes das séries finais.

6. CONCLUSÃO

As Leis Orçamentárias do Município de Araucária são publicadas no site próprio para divulgação a toda população. Uma parcela bem pequena da população tem interesse em acompanhar a gestão orçamentária do seu município.

A divulgação das Leis é imprescindível para que haja transparência das ações de gestão pública. A Lei do PPA existe para possibilitar a continuidade das ações de gestão pública, evitando o desperdício de dinheiro público em obras e projetos inacabados devido à mudança do gestor público.

Faz-se necessário que a população tenha conhecimento sobre as funções das leis orçamentárias e do funcionamento e organização do serviço público para que possa acompanhar com efetividade as ações dos governantes. Para que isso ocorra é preciso atingir os nossos jovens, que são ou serão futuros eleitores para que possam com criticidade acompanhar o trabalho dos gestores públicos. O jovem tendo conhecimento sobre como funciona o orçamento público e sua execução saberá eleger seus representantes com maior precisão e não se deixará iludir com promessas fantásticas que só servem para contrair os votos de pessoas menos instruídas.

Para verificar a funcionalidade das Leis orçamentárias no Município de Araucária, analisou-se o PPA 2010-2013 e o PPA 2014-2017 além da LOA dos anos compreendidos entre 2010 e 2014. Especificamente, acompanhando o Projeto UCAA, percebe-se que não houve a esperada continuidade do serviço público, visto que em 2013, último ano de vigência do PPA 2010-2013 e primeiro ano do novo gestor público não se aplicou nenhum recurso para a manutenção do Projeto.

Visando solucionar esse problema e outros que se percebe serem decorrentes da falta de conhecimento do sistema de gestão pública e da execução orçamentário, o projeto visa com base na educação, disseminar o conhecimento sobre gestão e orçamento público a fim de evitar a “domesticação” do homem e torná-lo um cidadão crítico.

REFERÊNCIAS

ARAUCÁRIA. **Lei 1606/05**. Dispõe sobre o Plano Plurianual para o quadriênio 2006/2009

ARAUCÁRIA. **Lei 2316/09**. Estima a Receita e fixa a Despesa do Município para o exercício de 2011.

ARAUCÁRIA. **Lei 2284/10**. Dispõe sobre a alteração do Plano Plurianual para o quadriênio 2010/2013.

ARAUCÁRIA. **Lei 2418/11**. Estima a Receita e Fixa a Despesa do Município para o Exercício de 2012.

ARAUCÁRIA. **Lei 2520/12**. Estima a Receita e Fixa a Despesa do Município para o Exercício de 2013.

ARAUCÁRIA. **Lei 2664/13**. Estima a Receita e Fixa a Despesa do Município para o Exercício de 2014.

ARAUCÁRIA. **Lei 2612/13**. Dispõe sobre o plano plurianual para o quadriênio 2014/2017.

BRASIL. **Lei 101/2000**. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.

BRASIL. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

Escolas. Disponível em: www.diaadiaeducacao.pr.gov.br. Acesso em 15. Out. 2013.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro, Paz e Terra. 2007.

Leis Orçamentárias. Disponível em: www.araucaria.pr.gov.br. Acesso em 15. Out. 2013.

Perfil do Município de Araucária. Disponível em: http://www.ipardes.gov.br/perfil_municipal/MontaPerfil.php?Municipio=83700&btOk=ok. Acesso em 01. Fev. 2013.

Portal do Orçamento. Plano Plurianual. Disponível em: [162http://www12.senado.gov.br/orcamento/ppa?ano=2012-2015&categoria=2.1.1.1&fase=elaboracao](http://www12.senado.gov.br/orcamento/ppa?ano=2012-2015&categoria=2.1.1.1&fase=elaboracao). Acesso em 02. Dez. 2013

Projeto Uca. Disponível em: <http://www.pirai.rj.gov.br/seceducacao/index.php/uca>. Acesso em: 27. Nov. 2013.

ROSA, Maria Berenice. **Contabilidade do Setor Público**. São Paulo: Atlas, 2011.

SANTOS, Rita de Cássia. **Plano Plurianual e Orçamento Público**. 2a. edição. Florianópolis: Departamento de Ciência da Administração/UFSC: (Brasília): CAPES: UAB, 2012.